

Relacionamento interétnico e memória: narrativas de colonizadores do norte do Espírito Santo

MARIA CRISTINA DADALTO
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Introdução: A constituição do povo capixaba

O Espírito Santo tem uma formação sociocultural marcadamente constituída pela diversidade. De 1535 até a metade do século XIX, somente uma pequena parte do território era colonizado. A partir de 1847, o governo da Província busca alternativas para transformar economicamente o Espírito Santo e inicia o processo de localização de imigrantes europeus em suas terras.¹ Primeiramente, chegam alemães, prussianos, pomeranos, hanoverianos, entre outros, que são situados nas montanhas, próximos de Vitória. Posteriormente, chegam os imigrantes italianos, cuja leva é considerada a principal etnia imigrante (por sua quantidade) a ser introduzida no estado.

De 1847 a 1888 a maior parte dos imigrantes foi localizada ao centro e sul do estado, ficando a região norte ainda praticamente intocada — somente a partir de 1880 é que foram criadas algumas poucas colônias. Com a crise do café e a necessidade crescente de povoar a fronteira na vertente norte do vale do rio Doce ainda intacta, tem início um processo intenso de migração interna para esse local.

Para a região do vale do rio Doce deslocam-se, sobretudo, os descendentes de imigrantes italianos localizados nas colônias ao sul, juntamente com os descendentes de imigrantes alemães, pomeranos, entre outros. É essa gama de etnias que conforma a identidade capixaba e vai provocar o desenvolvimento do estado.

Entender como os descendentes de imigrantes italianos relacionavam-se, como estabelecidos, com outros grupos étnicos, como *outsiders*, segundo a perspectiva teórica de Norbert Elias, nas colônias fundadas no norte capixaba, é a proposta deste *paper*. Para tal, utiliza-se uma série de narrativas de uma seleção de entrevistas de história oral, realizadas entre os anos de 2001 e 2003, com 74 descendentes de italianos da segunda e terceira gerações, residentes nos municípios de Colatina, Marilândia e São Gabriel da Palha.²

Busca-se, dessa forma, compreender a manifestação da relação estabelecidos-*outsiders*, de acordo com a perspectiva de Norbert Elias, tendo como parâmetros, para o grupo de italianos, os valores de sua ética do trabalho e família. Segundo a análise sociológica das relações de poder de Elias (2000:7), o estabelecido “é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência”. Já o *outsider*, é aquele não membro que está fora dessa “boa sociedade”.

Objetiva-se, também, neste texto, compreender o processo de desenvolvimento sociocultural dessa região por meio das lembranças de quem viveu intensamente esse processo. Isso porque a história de cada um tem seu próprio relato, pleno de conteúdo verdadeiro.

Segundo Benjamin (1989), nas narrativas estão impressas as marcas do narrador, sua experiência, que conjuga, na memória, conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo. Veyne (citado por Weyrauch, 1997) diz que: “[..] as modalidades de crença remetem para os modos de posse da verdade: existe uma pluralidade de programas de verdade através dos séculos, que comportam diferentes distribuições do saber”. É no emaranhado dessas tramas que se tenta conhecer o todo.

No Espírito Santo, sabe-se que os imigrantes europeus enfrentaram a mata densa, morreram comendo frutos venenosos, e que trabalharam duro para vencer e ter seu pedaço de terra. Mas pouco se sabe como se deu o relacionamento entre os grupos aqui estabelecidos na construção do local. Essa construção deu-se com participação ativa de todos, dividindo espaços públicos e privados, gerando renda e conformando um povo com uma identidade múltipla. Entretanto, dada a necessidade de recorte de uma pesquisa, assim como questões relativas ao tempo de realização e custos para seu financiamento, esta se encontra delimitada à análise do imigrante italiano e seus descendentes.

É sabido que a política imigratória brasileira teve objetivos variados, segundo as necessidades do império e dos grandes fazendeiros.³ Entre objetivos tão

ímpares, a justificativa dessas posições também passava por fatores como branqueamento da raça, necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários (Alvim, 1999).

Mas, se, por um lado, havia o governo imperial preocupado em criar a possibilidade de uma transformação do país, através da instalação de colonos proprietários de suas próprias glebas, por outro, havia os grandes fazendeiros, economicamente mais fortes e mais organizados politicamente, capazes de impor suas próprias regras. Embate político-econômico que se traduziu na forma em que o processo imigratório efetivou-se no país.

No Espírito Santo, o processo imigratório europeu ocorreu de forma peculiar ao realizado nos outros estados da Federação: a imigração era parte da estratégia governamental para promover o povoamento de grande parte do território capixaba, ampliar a fronteira agrícola e fomentar o desenvolvimento regional, por meio da produção de riquezas.

2. A imigração no Espírito Santo

Até a primeira metade do século XIX, a província do Espírito Santo, povoada de forma esparsa e localizada, não detinha uma economia forte e dinâmica. Somente após esse período, com a expansão da lavoura cafeeira, o estado iniciaria seu processo de transformação socioeconômico, que se daria de forma diferenciada nas regiões dos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, ao sul do estado, na vertente sul do vale do rio Doce e na região central. No sul do Espírito Santo, a expansão do cultivo do café realizava-se por meio da *plantation* escravista, e, no vale do rio Doce e na região central, origina-se e desenvolve-se com o trabalho dos imigrantes europeus ali estabelecidos, a partir do último quartel do século XIX, em pequenas unidades de produção familiar.

No princípio, no Espírito Santo, o imigrante não tem como destino substituir o escravo nas grandes fazendas do sul e, sim, sua localização em pequenas colônias, cujo objetivo era produzir e buscar a autonomia financeira em pequenos lotes de terras. Somente mais tarde, com o fim da escravidão, os imigrantes seriam estabelecidos, em número considerável, nas fazendas.

Como o Espírito Santo não possuía recursos para introduzir os imigrantes por sua conta, recebia apenas uma pequena parcela daqueles trazidos pelo Governo. A quantidade de imigrantes que ingressou no estado — um total de 44.510, entre os anos de 1847 e 1900, segundo dados levantados por Cilmar Francisqueto,

no Arquivo Público Estadual (Hess & Franco, 2003), sendo maior o número de italianos — foi pequena se comparada aos demais estados da Federação. Mesmo assim, a introdução do imigrante europeu deu-se de forma marcante, em diferentes épocas. Rocha (2000) divide o processo imigratório espírito-santense em três fases: 1847 a 1881, 1882 a 1887, e, finalmente, 1888 a 1896.

Entre os anos de 1847 e 1881 entraram no Espírito Santo 13.828 imigrantes, sendo o auge os anos de 1872 a 1879, quando chegaram 10.300 imigrantes. Foram criados, nessa fase, quatro núcleos coloniais — Santa Izabel, Rio Novo, Santa Leopoldina e Castelo.

Os primeiros imigrantes a virem para o Espírito Santo eram de origem alemã, da região central do Reno. Ao chegar, foram assentados na colônia de Santa Izabel e receberam do Governo Imperial um lote de pouco mais de cinquenta hectares, sustento por seis meses, medicamento, gado e instrumentos para a lavoura, benesses que deveriam ser reembolsadas num prazo máximo de quatro anos. Entre os anos de 1859 e 1860, mais imigrantes de origem alemã (vindos, a maioria, da mesma região dos que haviam fundado a colônia) instalaram-se em Santa Izabel. Junto com essa nova leva, vieram bávaros e prussianos, entre outros.

Em 1855, foi fundada a colônia de Rio Novo — esta uma empreitada particular. Considerada, a princípio, um fracasso, a colônia expandiu-se territorialmente na década de 1870, quando aumentaram as entradas de imigrantes na província. Em 1875 recebeu trentinos, que entravam no país como tirolezes e austríacos, porque o Trento, no sul do Tirol, pertencia, naquela ocasião, ao Império Austríaco. Já em 1878, mais italianos, e posteriormente, cearenses que fugiam de uma grande seca. Esses imigrantes foram assentados em áreas diferentes dentro do território da colônia.

A colônia de Santa Leopoldina foi fundada em 1857. Nela estabeleceram-se suíços, hanoverianos, luxemburgueses, prussianos, holstenianos, hessenianos, austríacos, holandeses, badenses, pomeranos e alemães. Em 1874, o Governo criou mais dois estabelecimentos ligados à colônia de Santa Leopoldina: núcleo Timbuy e núcleo Santa Cruz. Ambos povoados predominantemente por italianos.

Por fim, foi criado o núcleo de Castelo, em 1880. Sua fundação obedecia a um objetivo específico: de receber os imigrantes que haviam deixado a Europa e ignoravam a cessão dos favores que eram regidos pelo Regimento de 1867 — o primeiro contingente de imigrantes estabelecido no núcleo, às margens do alto Benevente e seus afluentes, e tendo como sede o povoado de Alfredo Chaves, foi de italianos. Posteriormente, seriam ali estabelecidos mais uma grande quantidade de italianos e uns poucos alemães.

Durante esse período, os imigrantes viveram problemas de ordens diversas, a exemplo: a dificuldade de produzir em terras de baixa fertilidade, especialmente em Santa Leopoldina; a falta de pagamento dos serviços de estradas, derrubadas e edificações de casas provisórias nos prazos realizados pelos colonos; o não adiantamento de instrumentos para a lavoura, entre outros.

A segunda fase da imigração européia no Espírito Santo, que concentra os anos de 1882 a 1887, é marcada pela reduzida quantidade de imigrantes — um total de 1.375 — que entra na província.

Somente entre os anos de 1888 e 1896 a entrada de imigrantes no Espírito Santo ganha nova expressão — nessa fase chegam 21.497 imigrantes — assim como novo caráter, já que a proposta é a criação de núcleos coloniais junto às regiões da grande lavoura, visando, dessa forma, transformar as fazendas que se encontravam sem braços para o trabalho com o fim da escravidão. Segundo Rocha (2000), esse novo projeto alcançou um grande sucesso.

Os novos núcleos criados acolhiam uma percentagem bem menor de imigrantes do que a quantidade de imigrantes que se instalavam nas fazendas. Eram atraídos pelos contratos de parceria com os fazendeiros, considerados muito vantajosos. Mesmo os núcleos Antônio Prado, Accioly Vasconcelos, Moniz Freire, Demetrio Ribeiro e Afonso Cláudio, criados numa tentativa de continuidade de estabelecimento do imigrante como proprietário, não conseguiram bons resultados.⁴

Os principais beneficiários do movimento imigratório entre os anos de 1888 a 1896 foram os grandes fazendeiros. Foi um período de crescimento da receita econômica do Espírito Santo, em função da elevação dos preços do café. Toda essa efervescência econômica possibilitou ao presidente Moniz Freire criar um serviço de imigração do Estado.⁵

Em julho de 1895, o governo italiano proibiu a emigração para o Espírito Santo, o que, junto com a queda dos preços do café, a partir de 1896, demarca o encerramento do serviço de imigração do Estado.⁶ O século XX surge no Espírito Santo com um intenso processo migratório interno: estrangeiros e nacionais reiniciam a saga de desbravamento do território ainda não colonizado no norte ainda coberto de floresta.

3. A busca de novas fronteiras

A colonização do vale do rio Doce ocorreu primeiro na margem sul, com a criação de núcleos coloniais de imigrantes europeus, e, posteriormente, na vertente norte, a partir da primeira década do século XX. A ação das companhias

territoriais particulares, encarregadas da venda de terras devolutas, foi fator importante para a colonização desse vale. Há de se observar que a colonização da vertente norte ocorre de forma diferente, uma vez que já se havia esgotado a política governamental de criação dos núcleos coloniais.

Almada (1993) explica a diferença de colonização entre as frentes da região sul e norte do estado:

[...] na frente cafeeira do Sul do Espírito Santo (vale dos rios Itapemirim e Itabapoana), um número reduzido de estrangeiros e seus descendentes requereu, comprou e legitimou terras nesta área, o que justifica a sua pequena participação no povoamento da mesma região. Contrariamente, no vale do rio Doce, coube aos estrangeiros e seus descendentes a maior parte de terras requeridas, vendidas e legitimadas em 1924, numa demonstração de que, cessada a imigração estrangeira, restou aos ocupantes dos antigos núcleos colônias do século XIX — diante da exigüidade de suas terras — deslocar-se rumo ao vale do rio Doce (Almada, 1993:80).

Segundo Saletto (1996), a ocupação da nova fronteira dá-se com a imigração intensa dos filhos dos colonos de origem européia, vindos das antigas colônias da região sul do estado, num movimento que atingiu o auge nos anos de 1930 e prolongou-se até os anos de 1950. Esses imigrantes fizeram o processo migratório interno por razões variadas: a terra que se tornou pequena para atender toda a necessidade da família, a busca de melhores terras para trabalhar, o incentivo de amigos que já haviam imigrado, entre outras.

Segundo depoimento do senhor V.A.⁷, a mudança da região onde residia, em Iconha, para o norte, em Marilândia, foi motivada pela qualidade das terras para trabalhar: “Naquele tempo, lá só existia terra nova pra plantar, mas vinha aquele vento sul e derrubava tudo, virava vara pura. Então, começaram a falar que o norte era bom, tinha terra mais fértil. Então juntou meu pai, com as famílias de conhecidos e mudaram.”

A título de complementação, tendo em vista a continuidade do processo migratório para o vale do rio Doce, é importante ressaltar que, no sul do estado, com a crise do café no início do século XX, um número grande de migrantes nacionais ocupou terras devolutas, o que provocou uma disputa com proprietários de sesmarias e de posses legitimadas. Entretanto, o fim das invasões e a saturação da fronteira do vale do Itabapoana provocaram a orientação da sua estrutura fundiária de acordo com o mercado. O que leva, nas décadas de 1940 e 1950, os muitos posseiros ou proprietários de pequenas terras

endividados, ali localizados, a rumar para a região do vale do rio Doce, buscando um novo recomeço.

Almada (1993), analisando o censo demográfico de 1940, identifica que 14,4% do total da população residente no Espírito Santo (106.413 pessoas) são imigrantes de outros estados da Federação, sendo que, desse total, 92.081, 86,3%, eram mineiros e fluminenses. Numa comparação de crescimento demográfico de 1890 a 1950, entre os vales dos rios Itabapoana e Doce, a pesquisadora verifica uma concentração praticamente igualitária entre os residentes dos rios Itabapoana (21,3%) e Doce (20,6%) do total da população capixaba.

Sobre essa intensa migração interna, Almada conclui que,

[...] embora os estrangeiros e seus descendentes tenham iniciado o povoamento da região centro-norte e contribuído para o povoamento da região Sul,...., não se pode minimizar nesse processo a participação de outros imigrantes, dentre os quais se destacam os negros e mulatos, em todas as frentes cafeeiras do Espírito Santo. (Almada, 1993:92)

As afirmativas de Almada e Saleto levam-nos a refletir sobre a heterogeneidade da formação do povo capixaba na região norte e, sobretudo, sobre como se dava o relacionamento entre os diversos grupos, buscando a superação de todas as diferenças culturais, sociais, econômicas, entre outras colocadas objetivando, racionalmente, a articulação do processo de trabalho coletivo com fins à construção de um local de desenvolvimento político-econômico-produtivo.

Contudo, como esta pesquisa tem como fonte o imigrante italiano e seus descendentes, é a partir desse grupo étnico que serão conduzidas as narrativas da experiência da construção do norte do estado. Porém, nesse processo, colocase como fundamental entender as formas de relacionamento entre os grupos de estrangeiros e seus descendentes e nacionais que constituíram a identidade capixaba.

Na região norte do Espírito Santo, os grupos de origem de descendentes de imigrantes europeus, de migrantes brasileiros e capixabas,⁸ tiveram de estabelecer e manter formas de relacionamentos sociais que lhes possibilitassem criar alternativas para o seu próprio desenvolvimento socioeconômico, bem como o do local em que se encontravam.

Os descendentes de imigrantes europeus viviam dificuldades diferentes das colocadas para os demais. Língua, cultura, a maneira pela qual vieram para o

local e o objetivo faziam as diferenças, que se somaram e se agravaram ao preconceito e à discriminação racial.

Todo o processo relacional vivenciado pelas muitas etnias que colonizaram a região norte do Espírito Santo é ímpar, em razão de fatores diversos: os imigrantes, como bem define Sayad (1998), pela dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual, ao vivenciarem ao mesmo tempo uma trajetória e uma experiência de emigrante e imigrante. Os negros descendentes de escravos africanos, por não terem vindo espontaneamente para o Brasil, pela própria condição a que foram submetidos durante séculos e, posteriormente, por não ter sido criada uma estratégia política afirmativa com a abolição. Por fim, nordestinos, mineiros e fluminenses, trabalhadores livres e fazendeiros, sempre em busca da construção de seu próprio espaço, desbravando florestas ou tomando posse de pequenas propriedades.

Em diferentes momentos e espaços, todos esses grupos reuniram-se. Constituindo maior grupo étnico europeu chegando no século XIX a compor o povo capixaba, os descendentes de italianos tiveram participação intensa na imigração interna, da região sul para o norte do Espírito Santo, principalmente aqueles que residiam nas terras frias do Sul — Iconha, Alfredo Chaves, Venda Nova e arredores. Para superar as dificuldades, utilizavam todo o potencial de trabalho da família, geralmente numerosa, que vivia na mesma propriedade e ia expandindo-a, antes de dividi-la entre os homens. Dessa forma, concentrava-se mão-de-obra, que permitia maior divisão do trabalho e um aproveitamento melhor da produção em família.

O imigrante italiano e seus descendentes viveram desde sua integração no Espírito Santo sob o regime patriarcal. De modo geral, os filhos só se emancipavam depois de casados. Embora filho emancipado quase sempre recebesse um pequeno pedaço de terra, desmembrado da propriedade familiar, todos continuavam trabalhando para um só monte e junto à casa patriarcal iam surgindo as casas das novas famílias agregadas. “Eu lembro que meu pai morava com o pai dele, a mãe, as irmãs e os irmãos. Ele morava num local acima da casa do meu avô, uns 100m, e ali tinha uma estrada que ficava na direção a lavoura, cultivada a meia com meu avô “(Depoimento de A. Z.).⁹

Aqueles que eram portadores de habilidades artesanais contribuía na construção de casas, igrejas e na confecção de móveis. Estabelecidos à distância dos centros urbanos, não tinham horário, idade ou diferença de gênero para trabalhar. Todos os membros da família participavam da labuta diária, que se iniciava e concluía com a luz do dia.

Os imigrantes italianos e seus descendentes mantinham diversas formas de sociabilidade coletiva, como trabalho, religião, lazer, entre outras, que se estruturavam tendo como suporte a família. Segundo Colbari (1997), “O trabalho e a vida social em torno da religião fundavam uma moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepunham às pretensões individualistas”.

O depoimento do senhor D.F., 83 anos,¹⁰ descreve com bastante clareza esse comportamento:

A gente fazia mutirão assim: sábado, juntamento, na casa de fulano (que era o dono do café e precisava de ajuda) e não pagava ninguém não. De tarde tinha o jantar e um baile. Todo mundo aproveitava, porque era de graça. Dava cada briga! Porque quem trabalhou tinha direito de dançar e quem não trabalhou não tinha direito não!

Conforme essa autora, é esse senso de comunidade que possibilita a coesão e o investimento em melhorias da vida coletiva. Coesão observada em diversos momentos, tanto àqueles relacionados ao trabalho como à religião. Nas épocas de plantio e colheita, de acordo com a necessidade do colono, as atividades eram realizadas no sistema de mutirão. Assim como a construção de escolas e igrejas que também se realizava nesse sistema.

Já os alemães que vieram para o Espírito Santo eram naturais de regiões montanhosas, estavam acostumados aos árduos trabalhos de lavrador e tinham o hábito de enfrentar atividades pesadas como lenhadores. Esperavam seguir para o sul do país. Assentados inicialmente nas serras capixabas, eram constituídos por grupos da religião católica e luterana, falavam dialetos e participaram de brigas intensas provocadas pelos católicos, que não queriam permitir aos luteranos construir seus templos (Medeiros, 1997).

O crescimento econômico desse grupo baseou-se na estrutura familiar, na qual a família é ao mesmo tempo produtora e consumidora. A relação entre pais e filhos é baseada no patriarcalismo, os casamentos são motivados por razões econômicas e as mulheres traziam como dote uma vaca, um cavalo com sela, colchão de penas, baú com vestidos e roupas brancas, máquina de costura e utensílios de cozinha.

Os poloneses chegaram com o fim da I Guerra Mundial e foram instalados na região norte do estado. Vinham com a família e, por meio de um contrato assinado entre a Sociedade de Colonização de Varsóvia e o governo do Espírito Santo, instalavam-se em terras de vinte a trinta hectares, entre Colatina e São Mateus.

Para o Espírito Santo, os poloneses trouxeram sua experiência de trabalhar em pequenas propriedades agrícolas. Grande parte daqueles que chegaram ao Brasil, com vinte anos de idade, possuíam instrução primária (Medeiros, 1997). No início, como não havia professores brasileiros, estudavam sob orientação de imigrantes poloneses, na sua língua natal. Somente com a Segunda Guerra Mundial, o português tornou-se obrigatório nas escolas.

No estado, contaram inicialmente com o abrigo e apoio dos índios botocudos, que os orientaram sobre as novas culturas agrícolas, já que não havia assistência do Governo. Tiveram de aprender a plantar milho, mandioca e banana, além de conviver com a fauna capixaba, que os assustava em demasia, além de atacar a plantação.

Os negros africanos, até o final do século XVIII, estavam localizados onde atualmente são os municípios de São Mateus e Conceição da Barra; na região central, nas cidades de Vitória, Serra, Santa Leopoldina, Vila Velha e Guarapari; e, no sul, em Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

Com a expansão da cultura do café houve uma concentração da população negra na região sul do Espírito Santo. Até porque, com o fim do tráfico a produção do café manteve a dependência no trabalho escravo, o que provocou uma transferência de escravos das regiões menos prósperas para as regiões cafeeiras. Com o fim da escravidão, em 1888, a maior parte dos libertos recusou-se a continuar o trabalho nas fazendas, aceitando, muitas vezes, somente fazer a colheita daquele ano. Os fazendeiros, por sua vez, não estavam dispostos a pagar salários satisfatórios, que proporcionassem incentivos aos trabalhadores. O que tornou mais complexo o problema da mão-de-obra na região.

Segundo Almada (1984), na nova ordem econômico-social instalada, coube ao ex-escravo e a seus descendentes um papel essencialmente marginal, consequência de um julgamento, refletido a partir do ponto de vista escravista, que considerava os libertos sob o estereótipo de indolente, vadio, imprevidente e preguiçoso.

Os imigrantes nacionais vieram para o Espírito Santo atraídos pelas possibilidades de trabalho nas fazendas de café capixabas. Também os atraía a porcentagem de reservas de terras a serem exploradas. Para Almada, essa quantidade de terras inexploradas induziu a uma grande resistência na legitimação das sesmarias ou da legalização de posses por parte do imigrante. Essa resistência levou, especialmente o pequeno lavrador da região sul, ao endividamento, o que o fez novamente emigrar para a região do vale do rio Doce, buscando o sonho de tornar-se proprietário.

Dados do censo de 1940 demonstram que 14,4% do total da população capixaba, 106.413 pessoas, eram nascidas em outros estados da Federação. Sendo que, dessa quantidade, 86,3% (92.081) eram mineiros e fluminenses. Parte dos mineiros e fluminenses veio com os fazendeiros do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que expandiam sua produção adquirindo terras nos vales dos rios Itapaboana e Itapemirim.

Dessa forma, entre os anos do início do século XX até 1960, a maioria vivia na área rural. Plantando café, derrubando matas, miscigenando-se — a partir de 1960 há a grande debandada do campo para a cidade, e a população do Espírito Santo inverte completamente o quadro proporcional existente até o momento: dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, até a década de 1990, cerca de 80% dos habitantes migraram para as zonas urbanas, permanecendo somente 20% no campo.

5. Memória, narrativas e relacionamento interétnico

Ao se buscar descrever e analisar as lembranças do passado do descendente de imigrante italiano, num período específico de sua história, procura-se algo mais complexo e universal. Objetiva-se narrar essa memória tentando discutir a relação com um todo específico e num momento particularizado — destacando-se, novamente, que esta pesquisa de campo tem um recorte específico na imigração italiana.

As formas de reprodução das lembranças e o conteúdo que elas representam numa determinada sociedade são considerados elementos fundamentais ao se analisar o processo de identidade coletiva. Afirma Santos (2000:85): “O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra”.

Da mesma forma, não é possível compreender a memória coletiva sem que se deixe de levar em conta a história, com todo seu movimento de continuidade. Assim como desvincular os lugares físicos e espaciais da memória. Halbwachs (1990:26) afirma que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”.

Nessa afirmativa, Halbwachs levanta dois aspectos muito importantes na análise da memória e da identidade: primeiro, nossas lembranças são instigadas por estruturas ou configurações do presente; segundo, a memória não é

individual, uma vez que o sujeito está em contínua interação com o outro. Sendo assim, ao se analisar o conceito de memória é necessário vincular o relacionamento entre os grupos de convivência e referências do indivíduo.

Ao estabelecer esse vínculo, revelam-se também os tipos e as formas de interações existentes entre os grupos ou a sua identidade grupal. Ou seja, ao interagir com o grupo o indivíduo apropria-se das representações coletivas, tomando como suas as lembranças do todo. Lechner (2002) afirma que a memória é uma relação intersubjetiva, elaborada em comunicação com os outros e em determinado contexto social. Em conseqüência, a memória é plural.

As representações sociais são aspectos fundamentais na análise da memória e da construção da identidade. Presentes em Durkheim, Marx e Weber, além de outros estudiosos como Bourdieu e Bakhtin, nós a compreendemos a partir das estruturas e dos comportamentos sociais manifestados por meio da linguagem, da demonstração de sentimentos e da simbologia institucional.¹¹

5.1 *Narrativas de campo*

Elias (2000), ao analisar a comunidade de Winston Parva (Inglaterra), avalia que há entre os grupos, que denomina estabelecidos-*outsiders*, uma relação de coesão e poder. Maior coesão entre determinados grupos permite maior poder e, em conseqüência, exclusão dos membros do outro, que tende a se transformar em estigma social.

Grande parte das colônias de descendentes de italianos formadas no norte do Espírito Santo era constituída por grupos de origem de imigração — vieram da Itália para o Espírito Santo juntos, foram localizados na mesma área ao sul do Estado e migraram juntos para o norte. Com a manutenção da trajetória em comum, reforçaram os laços de relacionamento entre as famílias e o sentimento de pertença instituído permitiu a conservação de crenças e valores do trabalho compartilhados por todos os seus membros. Os que não comungavam dessas crenças e valores eram estigmatizados, constituindo dessa maneira um processo de relacionamento estabelecidos-*outsiders* — observando-se que o paradigma para a análise deste artigo é o olhar/narrativa dos italianos, recorte da pesquisa, como estabelecidos e os demais grupos étnicos como *outsiders*.

Entre os italianos havia também inúmeras diferenças estabelecidas segundo a região de origem. Isso porque os imigrantes viam-se como vênnetos, calabreses, lombardos ou sicilianos, com grande dificuldade de comunicação, preconceitos e barreiras lingüísticas e culturais entre si (Bertonha, 2005). Dessa forma, era

comum entre vários grupos de origem um relacionamento comunal baseado na ajuda mútua. Entre outros, esse não era um comportamento homogêneo, conforme demonstram as entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

Porém, compunha o *ethos* dos descendentes de italianos entrevistados os valores relativos à ética do trabalho e da família. Todos trabalhavam desde pequenos e de acordo com sua capacidade física; o trabalho era realizado por tarefa sem medir gênero ou tempo de execução, respeitando-se apenas os horários de descanso no final de semana e da luz do dia; a família era o núcleo que dava suporte às dificuldades encontradas; a religiosidade.

Foram esses valores que, em muitas colônias, possibilitaram a criação de uma coesão entre os membros e a estigmatização daqueles que não aceitavam compartilhá-los. Assim, conforme narrativas descritas abaixo, poloneses eram chamados causticamente de polacos, negros eram discriminados, turcos eram rejeitados:

Na colônia nós só tivemos uma pessoa negra como meeiro, um rapaz chamado Chico Preto. Ele foi para Limoeiro ajudar a construir a igreja e depois ficou. Falava tudo em italiano. O pessoal que veio da Itália e foi para Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Alegre, era um pessoal bom de serviço. De Santa Teresa veio um bocado de polaco — Santo Antônio foi chamado até Patrimônio dos Polacos. De São Roque também, não eram bons de serviço não. Eles já tinham um negócio de lei, falavam em horário de serviço, e tal... Então quando os meeiros vinham procurar lugar, se era de Castelo, de Guarapari, a gente contratava, porque ninguém falava em horário de serviço. Nossos meeiros, na verdade, eram irmãos, então não tinha essa história.

Depoimento de P. D., 64 anos,¹² nascido no patrimônio de Limoeiro, em Marilândia, cuja família, que veio da Itália, foi assentada em Alfredo Chaves, migrou para o norte juntamente com outras seis famílias, morou em Limoeiro até a década de 1960, quando se mudou para a cidade de Colatina. Em sua narrativa P.D. rememora o trabalho que iniciava com o raiar do dia e parava com o pôr do sol. O descanso estava relacionado ao horário da alimentação e aos dias de domingo, considerados sagrados. Os meeiros, de ascendência italiana, também compartilhavam seus valores e muitas vezes estabeleciam laços parentais, por meio do casamento. A discriminação de cor existia, mas, à medida que havia assimilação de seus valores, a aceitação no grupo dava-se com maior facilidade — apesar de a discriminação permanecer. Mas para eles era inaceitável quem não compartilhava seus valores relativos ao trabalho. Assim, os poloneses

que vinham de uma sociedade mais regulamentada com relação às normas trabalhistas eram estigmatizados, considerados como não sendo bons de serviço.

Lá, no alambique do papai, tinha um camarada que ajudava, ele era até um preto. Mas eu não gostava dele, porque ele só queria cachaça. Um dia me pediu: me dá cachaça, aí eu enchi um copo de água e joguei no rosto dele. Ele tinha uns vinte e tantos anos. Só queria beber, nem trabalhava direito né!

Depoimento de A. R., 75 anos,¹³ que emigrou da Itália para o Brasil, na década de 1920. Segundo A. R. seus pais sempre se arrependeram da emigração — ela também, apesar de haver casado e constituído família no Espírito Santo. Em sua narrativa, havia sempre a discriminação de cor. Para ela, fato de o empregado beber no local de trabalho o estigmatizava como cachaceiro e como não trabalhador.

Na fazenda da minha mãe nunca teve meeiro, a gente tinha empregado. Naquela época era bom, porque era empregado bom, que podia confiar. Era tudo mineiro. De Minas vinha aquela turma, para a panha do café.

Depoimento de M.F., 78 anos,¹⁴ residente em Colatina, no distrito de Itapina. Na terra de sua mãe não se trabalhava com meiros, apenas com empregados. Contratavam sempre mineiros que vinham às levas no período da colheita do café. Segundo sua narrativa, empregado em quem se podia confiar era aquele que trabalhava desde o nascer do sol até o pôr do sol. Descanso somente nos intervalos das refeições e aos domingos.

Perto da colônia onde morávamos tinha venda de uns turcos. Era gente mal. Todo mundo tinha medo, eles matavam mesmo! No dia do casamento eles costumavam tomar a noiva do noivo. Eles roubavam, mas depois entregavam. Mas quem dormia primeiro com a noiva era o turco. Eles entravam nas casas, faziam o marido correr pela janela e a mulher tinha que ficar lá. Em Caldeirão (Santa Teresa) também havia muitos alemães. Eles não se davam bem com os italianos. A gente ia a casa deles e sujava as janelas. Eles costumavam fechar as casas quando nós chegávamos. Eles não queriam ver italianos não, preto nem falar.

Depoimento da A.F., 66 anos,¹⁵ o relacionamento com os turcos sempre foi uma grande fonte de conflitos, dado o alto grau de violência com que

costumavam agir. Na colônia em que moravam não havia a prática de ajuda mútua, quem precisasse de ajuda para complementar a colheita do café tinha de contratar empregados — fato incomum em muitas outras colônias. Mas o trabalho em família, a religiosidade, eram valores comuns a esse grupo.

De acordo com Honneth (2003), para haver reconhecimento pelo outro é necessária a existência de um horizonte de valores intersubjetivamente compartilhado, uma vez que as pessoas só podem reconhecer o outro na medida em que haja um partilhamento na orientação pelos valores e objetivos que lhes sinalizem a reciprocidade de significados.

Nesse caso, sob o olhar do imigrante italiano e descendentes como estabelecidos, não havia o partilhamento de orientação de valores da ética do trabalho e da família com diversos grupos étnicos. Essa não existência está diretamente relacionada às experiências próprias de cada um, que por outro lado, pressupõe um contexto de vida social marcado intersubjetivamente por uma compreensão cultural de determinados aspectos da sociabilidade que predeterminaram a trajetória de vida de cada grupo ou indivíduo.

6. Estabelecidos-*outsiders*: conclusões parciais

Segundo as narrativas descritas no interior das colônias do norte capixaba, verifica-se o mesmo sentimento de estigmatização analisado por Elias (2002) na Inglaterra, em que um grupo estigmatiza o outro não por suas qualidades individuais, mas por eles pertencerem a outro grupo considerado diferente.

Assim, para os descendentes de italianos entrevistados, qualquer atitude do outro que não compartilhasse dos seus valores relativos ao trabalho e à família era considerada absurda, inaceitável. Com isso, desprezavam e estigmatizavam negros, poloneses, turcos como um todo. Transformavam-nos em *outsiders*, excluídos sentimentalmente do grupo, buscavam enfraquecê-los em sua auto-imagem. Tornavam-se, para aqueles que se consideravam como estabelecidos, em polacos ruins de trabalho, turcos bandidos e em “pretos” cachaceiros — demonstrando, inclusive, que assimilaram o julgamento da sociedade que lhes antecedeu no Brasil.

Podemos concluir, então, que, se a coesão de grupo permitiu a esses italianos e descendentes a superação de inúmeras dificuldades para se manterem no interior do estado, permitiu também que se percebessem como estabelecidos, tendo assim a consciência de ser um grupo poderoso em relação ao outro, e a possibilidade de estigmatizar a diferença de crenças e valores não compartilhados.

Repetiram assim comportamento identificado em vários estudos, em todo o mundo. Repetiram, provavelmente, comportamento dos estabelecidos, quando chegaram ao Espírito Santo, no seu processo de assentamento.

NOTAS

¹ Anteriormente, um grupo de açorianos já havia sido assentado no Estado, no município de Viana.

² Algumas entrevistas estão publicadas no livro *Trajatória: trabalho solidário do imigrante italiano no Espírito Santo*.

³ O império buscava as regiões sulinas visando afastar a cobiça dos vizinhos platinos, e os grandes fazendeiros queriam estabelecer uma política agrária de exportação, na qual os braços dos imigrantes substituiriam os dos negros escravos nas plantações de café.

⁴ Somente nos quatro primeiros núcleos citados foram estabelecidos entre 1892 e 1895, 2.165 imigrantes, dos 12.177 que chegaram no Espírito Santo.

⁵ Decreto publicado em 4 de junho de 1892 estipulava que o Estado concederia aos imigrantes estrangeiros pagamento de passagens, hospedagem gratuita na Capital, transporte e alimentação até o local que residiriam, assistência médica gratuita por dois anos, concessão de um lote de 25 hectares em núcleo do estado à escolha do imigrante e o adiantamento, a cada família, de um valor de 250\$000 para o primeiro ano de estabelecimento. Dessa maneira, o presidente Moniz Freire conseguiu introduzir no Espírito Santo, em quatro anos (1892/1896), 10.566 imigrantes. Desse total, somente 3.171 foram localizados nos núcleos coloniais. Os demais tiveram como destino as fazendas de café — um total de 6.924, maioria absoluta, sendo que 5.243 dirigiram-se para as propriedades de café do sul do estado; para a Capital e os subúrbios destinaram-se 3.107 imigrantes. Os demais foram para São Paulo.

⁶ A proibição do governo italiano à imigração para o Espírito Santo tem como motivação as condições a que eram submetidos os imigrantes ao chegar ao Espírito Santo: as más condições de transporte da Capital para os núcleos coloniais ou fazendas; o longo tempo que os imigrantes tinham de permanecer nos barracões, enquanto aguardavam a medição dos lotes; carestia de gêneros alimentícios no interior e a falta de assistência médica, escolar e religiosa para os imigrantes. Aliado a esses fatores, houve ainda o aparecimento de febres palustres, que vitimaram muitos imigrantes. Contudo, até abril de 1896, aportaram em Vitória inúmeros vapores trazendo imigrantes italianos.

⁷ Entrevista realizada em 2002.

⁸ Nas pesquisas de fontes bibliográficas praticamente não há referência a indígenas.

⁹ Entrevista realizada em 2002.

¹⁰ Entrevista realizada em 2001.

¹¹ Em Durkheim, primeiro sociólogo a trabalhar o conceito, as representações sociais são a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam, como ele aceita ou condena certos modos de conduta e como os símbolos com que esse grupo se pensa mudam de acordo com a sua natureza. Ou seja, para Durkheim, para compreender como a sociedade representa a si própria e ao mundo que a rodeia, é preciso compreender a natureza da sociedade e não dos indivíduos isoladamente. Já em Weber o valor do indivíduo é inserido, uma vez que, para ele, os indivíduos é que são portadores de valores e de cultura que informam a ação social dos grupos. Marx, por sua vez, aproxima-se do conceito de Durkheim, ao admitir que os valores e as crenças possuem um papel coercitivo sobre os grupos. Porém, em Marx, releva-se o caráter de luta de classe

das representações e no papel da luta de classe que se dá no modo de produção e determina o campo ideológico no qual se embatem dominadores e dominados (Minayo, 1995).

¹² Entrevista realizada em 2001.

¹³ Entrevista realizada em 2002.

¹⁴ Entrevista realizada em 2002.

¹⁵ Entrevista realizada em 2001.

REFERÊNCIAS

- Almada, Vilma P. F. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/Ufes, 1993.
- . *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- Benjamin, W. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. — (Obras escolhidas: v.3)
- Bertonha, J. F. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- Bosi, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- Colbari, A. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.
- Connerton, P. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- Durkheim, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- Elias, N. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Halbwachs, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- Hess, Regina & Franco, Sebastião P. *A república e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- Honneth, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Minayo, M. C. de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: Guareschi, P. & Jovcheldvitch, J. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Medeiros, R. *Espírito Santo: encontro de raças*. Vitória, 1997. s/e.
- Osório, C.; Bravim, A. & Santanna, L. de A. *Negros do Espírito Santo*. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.
- Rocha, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória, 2000. s/e.
- Sayad, A. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.
- Saleto, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.
- . *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996.
- Santos, Myrian S. dos. Teoria da memória, teoria da modernidade. In: Avritez, L. & Domingues, J. M (orgs.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- Weyrauch, C. S. *Pioneiros alemães de nova Filadélfia: relato de mulheres*. Caxias do Sul: Educus, 1997.